

- 1 ABR 1991

Missão técnica do FMI desembarca no próximo dia 22 em Brasília

por Claudia Safatle
de Brasília

No próximo dia 22 de abril deverá chegar a Brasília uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). A data foi acertada na última quinta-feira entre a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka. Não será, porém, uma missão para negociar os termos do acordo "stand by" do Brasil com o FMI. Esta, segundo explicou o secretário de política econômica, Antonio Kandir, é uma equipe técnica que se restringirá às tarefas previstas no artigo 4º do estatuto do FMI: de levantar os dados sobre o desempenho econômico do País, membro do Fundo.

Enquanto não houver um acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores, em torno de uma solução para os juros atrasados de US\$ 8 bilhões, não há como retomar as conversas com o Fundo Monetário Internacional. O presidente do Banco Central (BC), Ibrahim Eris, explicou a este jornal que faltaria, também, montar o mosaico de peças que compõe a política econômica interna para este ano e ter uma maior visibilidade sobre o seu funcionamento. Nessa direção, lembrou que falta enviar um projeto de lei ao Congresso Nacional que prevê a desindexação dos impostos e ter uma idéia mais concreta sobre o desempenho do mercado financeiro e do orçamento fis-



Ibrahim Eris

cal, com as últimas modificações introduzidas pelo BC e o contingenciamento de 65% das aplicações do orçamento dos ministérios.

ARTIGO 4º

Diante da impossibilidade de se firmar um calendário, já que o acordo parcial com o comitê de bancos credores pode sair em breve ou demorar, os contatos com o FMI, por enquanto, se restringirão ao artigo 4º e, segundo Eris, dependendo da evolução do cenário externo e interno, o governo aceita com o FMI a vinda de uma missão negociadora. A que vem no dia 22 de abril não contará com a presença do chefe do Departamento do Hemisfério Sul do FMI, Thomas Reichmann.

Ante a esse quadro, o encontro da ministra da Economia com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, também não dará partida a um desdobramen-

to efetivo da negociação com os governos credores do Brasil. Zélia Cardoso de Mello, porém, terá a oportunidade de falar com Trichet, com quem se reúne no dia 4 próximo em Paris, sobre a posição do governo brasileiro face ao acordo firmado com a Polônia. Em decisão preliminar, o Clube de Paris concordou com um abatimento de 50% da dívida polonesa junto aos governos. O Brasil tem uma situação singular nesse processo, pois é credor de US\$ 4 bilhões da Polônia e devedor de cerca de US\$ 20 bilhões ao Clube de Paris.

Quer, assim, uma negociação bilateral com a Polônia que considere sua posição de devedor e quer junto aos demais membros do Clube de Paris um tratamento semelhante ao dado à Polônia.

A equipe econômica, que há duas semanas estava confiante na possibilidade de um acordo com os bancos credores em torno dos juros atrasados, prefere, agora, não fazer previsões. "Ainda tem chão", comentou o presidente do BC, embora ele próprio considere que os avanços já obtidos permitam crer que "agora está mais fácil" concluir esse acordo.

ICERC

Membros do governo não admitem problemas maiores para o País e para a negociação externa com a decisão do governo norte-americano de desclassificar os créditos brasileiros junto

aos bancos comerciais. A decisão, tomada após reunião da Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), é de que os bancos façam provisionamento de 20% dos empréstimos de médio e longo prazo feitos ao Brasil. "No ano passado eles fizeram a mesma coisa e não aconteceu nada de extraordinário", comentou um dos assessores da ministra da Economia, que acompanha de perto a evolução da negociação externa.

Embora não admitam prejuízos em decorrência dessa decisão, haveria riscos de efeitos colaterais para o País, principalmente no tocante à renovação das linhas de curto prazo, já que a maioria dos bancos estrangeiros que operam com essas linhas para o Brasil teria programado vencimentos até final de março. Nas renovações, segundo explicou um banqueiro, representante de instituição norte-americana no País, os prazos das linhas comerciais estariam de 60 a 90 dias e os custos bastante pesados: Libor (taxa do mercado interbancário de Londres) mais 2% a 3% de "spread" e comissões que atingiriam o intervalo de 3% a 5%. Claro que as condições variam de banco para banco e esta seria uma taxa média aproximada.

Além dos custos altíssimos, a soma de linhas comerciais e interbancárias, que no auge da confiabilidade do País chegou a US\$ 14,5 bilhões, hoje não está muito superior a US\$ 5 bilhões.